

INTERPELAÇÃO ORAL

“Política Habitacional”

Em termos gerais, após o estabelecimento da RAEM, as dificuldades dos residentes de Macau de adquirir uma moradia, foram aumentando de uma forma acentuada e acelerada, especialmente na capacidade de adquirirem ou arrendarem moradias particulares. Estas dificuldades estão directamente relacionadas com o grande fosso existente entre os salários dos trabalhadores e os preços exorbitantes das moradias. O atraso nas construções das moradias sociais e económicas e a política proteccionista do Governo em favor dos promotores imobiliários, também contribuíram para que os residentes de Macau cada vez mais tenham de sacrificar mais para ter uma habitação condigna. Neste momento, uma habitação amortizada na banca local, talvez tenha de ser paga pela segunda ou terceira geração, situação nunca vista nos últimos cem anos da história de Macau.

Hoje em dia, até os trabalhadores da Administração Pública de Macau (APM) são obrigados a requerer casas sociais ou adquirirem casas económicas, porque o Governo, após o estabelecimento da RAEM abandonou-os no “deserto” ao eliminar os concursos anuais ou bienais para arrendamento das moradias do Governo, preferindo arrendar a algumas entidades ou pessoas privilegiadas que as conseguem portas traseiras.

E os residentes de Macau, há bastante tempo que chegaram à conclusão que a concessão de mais licenças de Jogo e terrenos concedidos a desbarato após o estabelecimento da RAEM e o conseqüente aumento das receitas não beneficiaram os residentes de Macau, pelo contrário, contribuíram para aumentar os sacrifícios e agravar a carestia da vida. Esta carestia da vida tem subsistido durante muitos anos devido à existência de multiplicidade de monopólios legais e artificiais nas diversas actividades económicas (telecomunicações, energia, água, bens essenciais tais como carne de porco, vegetais, etc.) em que os cidadãos



高天賜立法議員

José Pereira Coutinho

são obrigados a comprar ou adquirir serviços, produtos e serviços, muitas vezes, muito mais caros que os preços dos mesmos produtos que podem ser adquiridos nas regiões adjacentes.

Para os residentes de Macau, o Governo, principalmente após o estabelecimento da RAEM e sob o Princípio de “Macau governado por gentes de Macau” têm a grande responsabilidade de definir com toda a transparência e clareza o Plano Geral de Habitação em Macau quer seja do sector público quer no sector privado.

Assim, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Para os residentes de Macau, são considerados activos estratégicos da economia local, as concessionadas e subconcessionadas licenças de Jogo bem como, os respectivos terrenos concedidos a preços de desbarato ao abrigo dos respectivos contratos de Jogos de Fortuna e Azar. Nesse sentido, qual a política do Governo sobre esta matéria e vai o Governo no futuro autorizar a venda de apartamentos em propriedade horizontal ou sob uma designação de ficção de hotel-apartamento construídos nos terrenos cedidos ao abrigo do Contrato de Jogos de uma das subconcessionárias do Jogo?

2. Tendo em consideração os preços extremamente elevados dos apartamentos a ser vendidos junto do Hotel “Four Seasons” que nada terá a ver com o consumidor local, salvo raríssimas excepções, qual vai ser a política governamental que vise defender os interesses dos residentes locais que cada vez mais lutam com enormes dificuldades de adquirir habitação própria ou arrendar fracção de acordo com a média salarial dos residentes locais?

O Deputado da Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau aos 03 de Novembro de 2009.



José Pereira Coutinho